

MISTIFICANDO MITOS

Fatos e ficção sobre o documento de conformidade da Conferência Geral pelo pastor Mark Finley

Se um mito é repetido com frequência suficiente e alto o suficiente, muitas pessoas o aceitarão como realidade. Durante séculos, as pessoas acreditavam que a Terra era plana e o sol girava em torno da Terra. Até mesmo cientistas de renome e estudiosos do dia ensinaram e repetiram o mito. Um mito é um mito, não importando o quão alto seja proclamado e não importa quem o diga.

Mitos estão correndo soltos nas mídias sociais sobre o documento “Consideração e Prática da Sessão da Conferência Geral e das Ações do Comitê Executivo da Conferência Geral”, recentemente votado no Conselho Anual de 2018.

Alguns afirmam que a Conferência Geral deseja controlar o que acontece até mesmo no nível da igreja local e ninguém está a salvo de seus tentáculos de controle. O documento foi chamado de "papal", "anti-protestante" e "anti-bíblico".

Vamos considerar sete mitos comuns e os fatos do documento.

Mito 1: O documento é um exagero da Conferência Geral para centralizar o poder.

Fato 1: O documento realmente declara: “Planejar e garantir o cumprimento deve inicialmente ser confiado à entidade mais próxima do assunto” (p. 1, linha 25).

A intenção do documento é permitir que a entidade mais próxima da questão da não conformidade lide com o assunto. Em vez de uma centralização de poder, encoraja o oposto. Incentiva todas as questões de descumprimento de políticas a serem resolvidas em nível local. Se isso não for possível, o nível mais próximo e alto de organização da igreja pode se envolver. Por exemplo, se uma conferência local tiver um desafio com a não conformidade que não possa resolver, a Conferência / Missão da União pode envolver-se na elaboração de uma solução. Isto é verdade para cada nível de organização da igreja.

Se houver uma não-conformidade de uma Sessão da Conferência Geral ou de uma ação votada pelo Comitê Executivo, o Comitê Executivo do GC poderá se envolver.

Mito 2: O documento usa um método não-bíblico de coerção.

Fato 2: O documento faz exatamente o oposto. Aqui está o que o documento declara: “Os administradores que lidam com qualquer questão de não-conformidade devem exercer o devido processo cristão, que incluirá muita oração e diálogo” (p. 2, linha 35).

O documento foi concebido para ser redentor e não punitivo. Ele prevê um processo de diálogo, oração e aconselhamento para determinar a melhor maneira de resolver o problema da não conformidade. Segue o padrão bíblico de reconciliação e resolução, conforme descrito em Mateus 18.

Mito 3: O documento é uma abordagem autoritária e pesada à solução de problemas.

Fato 3: O documento prevê tolerância. Ele permite que os administradores da entidade que estejam fora de conformidade por um período de 60 dias a aprofundar o diálogo e oferecer soluções para a situação desafiadora (p. 2, linha 14).

As disposições do devido processo no documento incentivam a discussão e a consideração em oração sobre como resolver questões de não conformidade. Em vez de um mandato ditatorial pesado, o documento garante um processo de colaboração e procura encontrar soluções para problemas de não conformidade.

A proposta de “advertência” e “repreensão” é projetada para permitir que as entidades pensem na seriedade do não-cumprimento das ações votadas da igreja mundial, e encorajá-las a voltarem à harmonia com a igreja mundial. Quaisquer advertências, repreensões ou outras consequências devem ser votadas pelo Comitê Executivo da Conferência Geral com representação mundial.

Mito 4: O voto final da autoridade em relação às consequências fica em Silver Spring, Maryland, com o Comitê Administrativo do GC.

Fato 4: O documento claramente declara: “Se, depois que a organização mais próxima do assunto não puder resolver um problema de conformidade e o Comitê de Revisão de Conformidade da Conferência Geral tiver recomendado as consequências, somente o Comitê Executivo da Conferência Geral e / ou a Conferência Geral em sessão tem autoridade para implementar a recomendação (p. 3, linhas 27-30).

Mito 5: Este documento altera a cultura da Igreja Adventista do Sétimo Dia e inibe a liberdade de consciência.

Fato 5: O que mudará a cultura da Igreja Adventista do Sétimo Dia é se os votos da Conferência Geral em Sessão e seu Comitê Executivo não forem respeitados. Se cada entidade da igreja local para conferências locais, uniões e divisões não respeitarem as decisões da igreja corporativa, a igreja será levada ao caos organizacional, à fragmentação, à desunião e ao congregacionalismo.

A questão perante a igreja é se ela deseja permanecer como um corpo mundial unido, valorizando as decisões coletivas da Conferência Geral em Sessão e seu Comitê Executivo ou se ela se tornará um corpo desconectado das entidades organizacionais.

Mito 6: A Conferência Geral não tem nenhuma entidade para supervisionar suas atividades e ações.

Fato 6: A Conferência Geral é responsável pelo Comitê Executivo do GC. É por isso que relatórios regulares são apresentados durante a Reunião da Primavera e o Concílio Anual. Além disso, a Conferência Geral é regularmente auditada para conformidade financeira pela empresa de auditoria independente e respeitada, Maner & Costerisan. Durante a Reunião de Primavera de 2018, representantes da Maner & Costerisan, relataram que a Conferência Geral estava em conformidade com a Política de Trabalho da GC em matéria financeira.

Também durante a Reunião da Primavera de 2018, como parte dos relatórios financeiros, a GC Finance apresentou o relatório “Prestação de Contas para Uso do Dízimo”.

Isso, juntamente com o relatório da Maner & Costerisan, pode ser lido no Boletim do Comitê Executivo do GC de maio de 2018.

Mito 7: O documento não é bíblico. Coloca a política acima das Escrituras e, portanto, é contrária à Reforma Protestante na medida em que viola a liberdade de consciência.

Fato 7: A organização da igreja é um princípio fundamental do ensino do Novo Testamento. A igreja é mantida unida pelo Espírito Santo através de um compromisso comum com Cristo, uma crença compartilhada nos ensinamentos bíblicos, uma paixão pela missão e organização mundial da igreja. Se qualquer um deles é subtilmente comprometido, toda a igreja está em perigo.

As políticas da igreja nunca ditam ou substituem a consciência do indivíduo. Todo crente é livre para seguir os ditames de sua consciência. Haverá momentos em que pessoas honestas veem as coisas de maneira diferente. Políticas são acordos sobre o modo como a igreja deve operar. Elas determinam como uma família internacional e global deve funcionar.

Aqui está o ponto. As políticas não ditam o que acreditamos, mas devem governar as ações dos líderes da igreja. Os líderes da igreja têm a responsabilidade ética de cumprir as decisões tomadas conjuntamente pelos representantes da igreja mundial em uma Sessão da Associação Geral.

Políticas não são ensinamentos bíblicos imutáveis e nunca devem ser elevadas acima da verdade bíblica. São princípios operacionais que os delegados em uma Sessão da Conferência Geral ou Comitê Executivo podem mudar e às vezes mudaram. Se a mudança para qualquer política aprovada pela Conferência Geral em Sessão ou para as ações do Comitê Executivo for feita, ela deverá ser feita pelo mesmo órgão onde foi votada.

Onde não existe uma batalha

Mitos nunca nos servem bem. Eles nos levam a operar a partir do medo em um mundo de ilusão. Acima de tudo, eles nos impedem de exercer a missão da igreja de viver e pregar o evangelho para cumprir a missão de Cristo.

Acreditar nos mitos nos leva a lutar onde não existe uma batalha e nos impede em concentrar nossas energias espirituais e atenção em alcançar pessoas perdidas e preparar homens e mulheres para a vinda de nosso Senhor.

Que Cristo encha nossos corações e guie nosso pensamento para que nos concentremos naquilo realmente importa: almas salvas eternamente para o Seu reino.

O Pastor Mark Finley é um conhecido evangelista, autor e vice-presidente aposentado da Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Frase para reflexão: “As políticas não ditam o que acreditamos, mas devem governar as ações dos líderes da igreja. Os líderes da igreja têm a responsabilidade ética de cumprir as decisões tomadas conjuntamente pelos representantes da igreja mundial”.